

**AO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO-CEL  
DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO-SFB**

**BRASÍLIA- DF**

Processo nº: 21000.055539/2022-90 (CONCORRÊNCIA Nº 01/2025 - EDITAL DA  
CONCESSÃO FLORESTAL NA FLONA DO JATUARANA)

Ref.: Recurso administrativo **UMFs III e IV**

**ECOFLORES IND COM IMP EXP DE MADEIRAS LTDA**, CNPJ n. 30.417.673/0001-02, com endereço na Rodovia BR 364, KM 972,5, Ramal Seringal, S/N, Vista Alegre do Abunã, CEP nº 76846-000, Porto Velho/RO, neste ato representada por seu sócio proprietário Diego Wilder Teixeira, CPF nº \*\*\*.760.642-\*\*, telefone/whatsapp nº \*\* \* \*\*\*\*\*-\*\*\*\*, e-mail: \*\*\*\*\*@\*\*\*\*\*.\*\*\*.\*\*, vem interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, com fulcro no art. 165, inc. I, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021, em face da decisão que declarou vencedora do certame em epígrafe a empresa **BRASIL TROPICAL PISOS LTDA** para UMF III e IV, consoante segue:

**DA TEMPESTIVIDADE**

A CEL manteve suspensa a sessão pública de julgamento da referida licitação para análise da documentação no período de 21/05/2025 a 11/06/2025, data em que, após concluída a análise, foram disponibilizados os documentos às licitantes.

Dando sequência aos atos processuais do certame, a CEL publicou a Ata de Julgamento da Licitação no DOU em 08/07/2025, documento anexo doc. 1.

Nos termos do inc. I do, alínea “b”, do art. 165 da Lei nº 14.133/21, cabe recurso administrativo em face de julgamento das propostas no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata. Portanto, tempestivo o presente recurso administrativo, vez que interposto em 11/07/2025.

Oportuno informar que o presente Recurso Administrativo se encontra inserido em arquivo PDF, com anexos; e seu envio, e consequente protocolização, ambos feitos por mensagem de e-mail enviada para o endereço eletrônico [jatuarana@florestal.gov.br](mailto:jatuarana@florestal.gov.br)

**1. SÍNTESE DOS FATOS**

No dia 11 de fevereiro de 2025, o Serviço Florestal Brasileiro-SFB lançou o edital da Concorrência nº 1/2025, objetivando a CONCESSÃO FLORESTAL para a prática de manejo florestal sustentável para a exploração de produtos florestais madeireiros e não

madeireiros em Unidades de Manejo Florestal (UMFs) na Floresta Nacional (Flona) do Jatuarana (AM).

Como a recorrente possui sua atividade empresarial voltada para a execução de exploração florestal e desdobramento de madeira, na data marcada compareceu à sessão pública de abertura da licitação, tendo no dia anterior feito a entrega dos envelopes correspondentes às propostas técnica, de preço e de habilitação, a fim de concorrer com as demais empresas interessadas no certame.

Iniciados os procedimentos, a comissão permanente de licitação procedeu com a abertura dos envelopes de proposta técnica e de preço e, após análise das propostas apresentadas pelas licitantes, declarou vencedora para a UMF III e IV a empresa BRASIL TROPICAL PISOS LTDA com 1000 pontos, ficando em segundo lugar a ora recorrente ECOFLOR IND COM IMP EXP DE MADEIRAS LTDA com 997,8196 pontos para a UMF III e com 999,8795 pontos na UMF IV, conforme Ata de Resultado de Julgamento das Fases de Propostas Técnicas e de Preços, publicada no DOU de 28/05/2025, cópia anexa, doc. 2.

Percebe-se, portanto, uma ínfima diferença de 2,1804 (dois pontos e mil e oitocentos e quatro décimo de milésimos) na UMF III e de 0,1205 (mil duzentos e cinco décimos de milésimo) na UMF IV, entre a pontuação da declarada vencedora (1000 pontos) e a pontuação da recorrente.

Neste cenário, configura-se a ocorrência de empate ficto, a teor do art. 44, § 1º da LC nº 123/2006, uma vez que a recorrente é Empresa de Pequeno Porte-EPP, consoante dispõe o art. 3º, II da LC nº 123/2006, como demonstra o documento Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral anexo (doc. 3), e a concorrente declarada vencedora é empresa de porte DEMAIS, conforme demonstra Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral constante do envelope 3, às fls 209, aqui anexado (doc. 4)

Antes da publicação da ata de julgamento da fase de Habilitação da referida concorrência, mas já prevenindo eventual ocorrência de empate, a recorrente efetuou consulta à CEL, em e-mail enviado no dia 22/05/2025, no sentido de obter esclarecimento de como seria tratado o assunto, nos seguintes termos:

“Com relação ao julgamento das propostas da mencionada licitação, em caso de ocorrer empate, como previsto no Art. 60 da Lei 14.133/2021, qual critério de desempate será adotado por essa CEL, tendo em vista o dispositivo do Art. 44, caput, § 1º da LC 123/2006.”

A resposta veio em 30/05/2025, tendo a CEL informando que não se aplicam os benefícios para empresas de pequeno porte previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, em razão do disposto no art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021. Ou seja: o fenômeno do empate ficto não beneficiaria micro empresas ou empresas de pequeno porte. Vejamos:

“Informamos que a LICITAÇÃO está seguindo as disposições legais, de acordo com as condições do Edital da Concorrência nº 01/2025 – Flona do Jatuarana, das quais destacamos o item 21.8 do Edital, a seguir transcrito. “21.8. Não se aplicam ao procedimento licitatório disciplinado neste EDITAL os benefícios para microempresas e empresas de pequeno porte

*previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista o disposto no art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.””*

Levando em conta a resposta dada pela CEL, forçoso concluir que a Comissão não consideraria, para fins de classificação, a diferença menor que 10% (dez por cento) entre a pontuação obtida por esta recorrente (997,8196 para a UMF III e 999,8795 para a UMF IV) e a obtida pela licitante BRASIL TROPICAL PISOS LTDA (1000 pontos) nas fases Proposta Técnica e Proposta de Preço, o que, configurando a ocorrência de empate ficto entre ambas, beneficiaria, portanto, a licitante ora recorrente.

Neste quadro, vale anotar que, não obstante a diferença de pontuação a indicar ocorrência de empate ficto, era necessária sua comprovação, o que só poderia ser verificado quando do conhecimento da documentação de Habilitação contida no Envelope 3 e com o Julgamento da Licitação pelo SFB. Por essa razão, não podia a

recorrente ter apontado empate ficto em qualquer momento anterior a este.

Conforme será demonstrado adiante, o pronunciamento da CEL revela flagrante desrespeito aos direitos assegurados pela legislação pátria às empresas de pequeno porte, violando lei e princípios constitucionais que regem a matéria.

## **2. DO DIREITO**

### **2.1. DOS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

O tratamento jurídico diferenciado dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte encontra seu fundamento primeiro na própria Constituição Federal de 1988, que estabeleceu como princípio geral da atividade econômica, em seu art. 170, inciso IX, o "tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País".

Esse comando constitucional não constitui mera faculdade do legislador ordinário, mas verdadeiro mandamento cogente que vincula toda a atividade estatal, **inclusive a administração pública em seus procedimentos licitatórios**. O Supremo Tribunal Federal já reconheceu que os princípios da ordem econômica possuem aplicabilidade imediata e vinculam tanto o legislador quanto o administrador público.

Ademais, o art. 179 da Constituição Federal determina que "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei".

A conjugação desses dispositivos constitucionais evidencia que o tratamento diferenciado não é mera liberalidade legislativa, mas imposição constitucional que visa promover o desenvolvimento nacional, a livre concorrência e a função social da propriedade, todos princípios fundamentais da ordem econômica brasileira.

## 2.2. DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 COMO NORMA DE ORDEM PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL

A Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, constitui norma de ordem pública e interesse social, conforme expressamente declarado em seu art. 1º. Essa natureza jurídica especial implica algumas consequências hermenêuticas fundamentais:

**a) Interpretação extensiva dos benefícios:** As normas de ordem pública e interesse social devem ser interpretadas de forma a maximizar sua eficácia social, não sendo admissível interpretação restritiva que esvazie seu conteúdo normativo.

**b) Aplicação cogente:** Por serem de ordem pública, tais normas não podem ser afastadas pela vontade das partes ou por interpretações administrativas que contrariem seu espírito e finalidade.

**c) Prevalência sobre normas ordinárias:** Na qualidade de lei complementar, a LC nº 123/2006 possui hierarquia superior às leis ordinárias, devendo prevalecer em caso de aparente conflito normativo.

O art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 estabelece com clareza meridiana:

*"Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.*

*§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada."*

A redação do dispositivo não deixa margem para dúvidas: o benefício do empate ficto é direito assegurado ("**será assegurada**") e não mera faculdade da administração. O legislador complementar utilizou linguagem imperativa, vinculando a administração pública ao cumprimento da norma.

## 2.3. DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS COMO OBJETO LICITANTE A JUSTIFICAR A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI Nº

123/06

Reportando à consulta citada no item 1. Síntese dos Fatos: esta recorrente solicitou informação à CEL sobre qual critério de desempate seria adotado em caso de ocorrer empate ficto, tendo em vista que o Art. 44, caput, § 1º da LC 123/2006, prevê seja beneficiada, nesse caso, a empresa de pequeno porte. Como resposta, a CEL informou que o empate ficto **não** beneficiaria EPP, em razão do disposto no art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

O posicionamento adotado pela CEL, contudo, não encontra abrigo na legislação por ela apontada. Vejamos, pois, o que dispõe o art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

- I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Conforme leitura do teor do dispositivo, os benefícios dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006 não são aplicados no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral; como também no caso de contratação de obras e serviços de engenharia.

Isto é: EPP não usufrui dos benefícios da Lei nº 123/2006 no caso em que o objeto da licitação seja compra de bens ou contratação de serviços em geral, ou contratação de obras e serviço de engenharia.

Nesse diapasão, convém recorrer à definição do objeto da licitação prevista no Edital. De acordo com o subitem 4.1 editalício “*A presente LICITAÇÃO tem por **objeto delegar o direito de praticar o MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL para a exploração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros nas UNIDADES DE MANEJO FLORESTAL (UMFs) relacionadas a seguir, descritas no ANEXO 1, todas localizadas na FLORESTA NACIONAL (FLONA) DO JATUARANA,...***” (grifei)

Vê-se, portanto que o objeto da licitação diz respeito a delegação do direito de extração de recursos da floresta e, por isso **pagando** em pecúnia ao órgão concedente; o que difere de **vender** bens ou serviços em geral, e também de fazer obras e serviços de engenharia para o concedente.

Por sua vez, a Lei nº 14.133/2021, no art. 2º, elenca o rol de objetos aos quais se aplicam seus regramentos, verbis:

Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

- I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;
- II - compra, inclusive por encomenda;
- III - locação;
- IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;
- V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;
- VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;
- VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

Da mera leitura e interpretação do dispositivo legal acima, resta claro que a licitação em questão tem seu objeto específico expresso no inciso I, portanto, distinto daqueles afirmados pela CEL (incisos II e VI) como razão para o **não** tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte.

De fato, o objeto licitante não se trata de compra de bens ou de contratação de serviços, nem de contratação de obras e serviço de engenharia, **mas de concessão de direito real de uso de bens, como visto no subitem 4.1 do Edital e previsto na própria lei de licitações e contratos (art. 2º, I).**

Por esse motivo não pode prosperar, **no caso concreto**, a vedação da regra do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021 como argumento para não dar à recorrente os benefícios dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006.

## **2.4 O VALOR ANUAL DO CONTRATO A JUSTIFICAR APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/2006 À RECORRENTE - Permissivo Legal do § 3º art. 4º Lei nº 14.133/21**

Inicialmente, vejamos o teor do art. 4º da Lei nº 14.133/21:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

**§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo. (destaquei)**

Ao prever que nas contratações com prazo superior a um ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo,

a regra do parágrafo 3º vem no amparo da recorrente. Contudo, sua aplicação depende dos regramentos estabelecido nos parágrafos 1º e 2º.

Como visto no item anterior (2.3), a norma do § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, como motivo para não conceder à recorrente os benefícios dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, não se aplica. Isto porque, como já demonstrado, esta licitação não trata dos objetos citados nos incisos I e II daquele parágrafo.

Vejamos, então, com relação aos limites previstos no parágrafo 2º do mesmo artigo. Como regra central, o dispositivo em comento estabelece que as EPPs só mantêm direito aos benefícios se a soma de todos os seus contratos públicos no ano-calendário não ultrapassar R\$ 4,8 milhões (limite de receita bruta para EPP); devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação.

Pois bem, a licitante/recorrente não tem, até o presente momento, contrato algum com a administração pública, quer seja ela federal, estadual ou municipal, conforme declaração anexa (doc. 5). Sendo assim, não há que falar em soma de contratos ultrapassando o limite de receita bruta para EPP, o que leva a recorrente a se inserir dentro do limite previsto no parágrafo 2º.

Uma vez demonstrado não se aplicarem as vedações do parágrafo 1º e que a recorrente não tem contrato com a administração pública, encontrando-se, portanto, dentro do limite previsto no parágrafo 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, é preciso agora comprovar o cabimento da regra do parágrafo 3º, ou seja, que o valor anual do contrato não extrapola receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

O parágrafo 3º dispõe que será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites aos benefícios da LC nº 123/06, estabelecendo uma regra de proporcionalização temporal para contratos plurianuais, e evitando que o tratamento diferenciado para EPP seja indevidamente excluído apenas pelo valor total de contratos de longa duração.

O direito da recorrente aos benefícios da LC nº 123/2006 passa, então, pela demonstração de que o valor anual do contrato não extrapola o teto de enquadramento admitida para EPP.

No caso em discussão, estão presentes os pressupostos de aplicação do parágrafo 3º, quais sejam: contratação com prazo de vigência superior a 1 (um) ano; contrato com renovações automáticas ou prorrogações já previstas; e contagem feita considerando o prazo total de vigência contratual.

Para calcular o valor anual do contrato da presente licitação, devem ser seguidas as regras do Contrato (Edital: Anexo 13 – Minuta do Contrato) e da Resolução SFB nº 25/2014.

Diz a Cláusula 2ª do Contrato que o valor de referência do contrato é de “X” reais, na data-base “Y”, e, em observância à Resolução SFB nº 25/2014, corresponde ao cálculo do valor de um ano de produção florestal considerando-se os seguintes parâmetros:

- I. PREÇO CONTRATADO da proposta vencedora (em R\$/m³), no valor de R\$ [=] ([=]);

II. Área Efetiva de Produção Florestal anual (em ha/ano), de [=] ([=]);

III. Produtividade Estimada (em m<sup>3</sup>/ha), de 20 (vinte) m<sup>3</sup>/ha.

Procedendo consoante a cláusula segunda do contrato de concessão em conjunto com as regras da Resolução SFB nº 24/2014, obtém-se o valor do contrato para concessão das UMFs III e IV, como se observa abaixo:

#### UMF III

$$\begin{aligned} \text{VRC} &= \text{PC} * \text{AEPF} * \text{PE} \\ \text{VRC} &= 150,48 * 1.011,375 * 20 \\ \text{VRC} &= 3.043.834,20 \end{aligned}$$

#### UMF IV

$$\begin{aligned} \text{VRC} &= \text{PC} * \text{AEPF} * \text{PE} \\ \text{VRC} &= 152,86 * 1.142,86 * 20 \\ \text{VRC} &= 3.493.951,59 \end{aligned}$$

Conforme demonstrado no anexo denominado “PROCEDIMENTO PARA CÁLCULO DO VALOR DO CONTRATO” (doc. 6), o valor do contrato para a UMF III é no importe de R\$ 3.043.834,20/ano (três milhões e quarenta e três mil e oitocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos por ano) e para a UMF IV de R\$ 3.493.951,59/ano (três milhões quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e um reais, cinquenta e nove centavos por ano). Portanto, ambos são **inferiores ao teto admitido para enquadramento** de empresa de pequeno porte que é R\$ 4.800.000,00/ano (quatro milhões, oitocentos mil reais por ano).

Resta comprovado assim, que a vedação constante na regra do § 1º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021 **não** se aplica à empresa recorrente no caso da presente licitação, como quer fazer entender a CEL. Como também, uma vez aqui demonstrado **que, em razão de ser o valor anual do contrato inferior ao teto de enquadramento de EPP**, a recorrente se encontra amparada no **permissivo do parágrafo 3º do mesmo artigo**. Logo, a recorrente encontra-se habilitada aos benefícios dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006.

#### **2.4.1 DA RECEITA BRUTA, SOB PERSPECTIVA REAL, COMO SALVAGUARDA DE NÃO ALTERAÇÃO FUTURA NO PORTE DA EPP RECORRENTE**

No item anterior demonstrou-se que o valor anual do contrato justifica a aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 à recorrente no caso da presente licitação, tendo em vista o permissivo legal do § 3º art. 4º da Lei nº 14.133/21.

Ainda assim, releva anotar a oportunidade de se demonstrar igualmente que os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 para Empresa de Pequeno Porte-EPP não ocasionarão à recorrente – sob a perspectiva da realidade factual - receita capaz de provocar eventual futura alteração de porte.

Nesse sentido, a recorrente efetuou estudo tendo como referência apenas documentos oficiais, a saber: RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICOFINANCEIRA REFERENCIAL da FLORESTA NACIONAL DO JATUARANA, elaborado em março/2025 pelo BNDES-Banco Nacional de



Desenvolvimento Econômico e Social<sup>1</sup> (doc. 7); o RELATORIO DE GESTAO DE FLORESTAS

PUBLICAS 2024, disponibilizado pelo SFB no site oficial<sup>2</sup> (doc. 8) e ainda com base no Parágrafo 1º do artigo 2º da Resolução SFB nº 25, de 02 de abril de 2014<sup>3</sup>.

Valendo-se, pois, de dados extraídos tão somente dos documentos acima citados, é possível afirmar que a receita anual prevista da operação produtiva na UMF III ou na UMF IV da Flona Jatuarana não superará o teto de enquadramento para EPP (R\$ 4.800.000,00/ano) no caso da recorrente, tendo em vista que sua atividade será exclusivamente de comercialização de madeira em tora. É o que será demonstrado no presente tópico.

Não é demais registrar que a estimativa desse valor é possível com a utilização dos dados fornecidos pelo próprio SFB, conforme segue.

Os dados do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL, já citado acima, serão aqui utilizados como base para a elaboração da receita anual prevista para o modelo de negócio da recorrente, que é exclusivamente a venda de madeira em tora.

Na página 26 do mencionado RELATÓRIO (doc. 7), nota-se a “Tabela 8” apresentando dados de valores em R\$/m³ (real por metro cúbico) de madeiras serradas e em toras por grupo, fruto de pesquisas realizada pelo SFB:

Tabela 8: Preços da Madeira por Flona					
FLONA	Premissa	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Flona do Jatuarana	Preço da Madeira Serrada(R\$/m³)	2.668,60	2.190,49	1.740,28	1.320,03
	Preço da Madeira em Tora (R\$/m³)	340,05	256,23	202,87	135,85
Elaboração: Consórcio Radar PPP-PRA-Evergreen, a partir dos dados primários e secundários.					
Fonte: Pág. 26 do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL					

Também na mesma página 26, vê-se a “Tabela 9” apresentando dados de volume anual estimado de madeira em tora a ser extraído por UMF e rateados por grupos de espécie.

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/florestal/pt-br/assuntos/concessoes-e-monitoramento/editais-em-licitacao/floresta-nacional-do-jatuarana-am/rel-de-av-economico-fin-jatuarana-20250307.pdf>, acessado em 10/07/2025 às 10h27min

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/florestal/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/relatorio-de-gestao/relatorios-de-gestao-deflorestas-publicas/RGFP2024.pdf>, acessado em 10/07/2025 às 10h30min

<sup>3</sup> Art. 2º ( . . . )

§1º. Para cálculo do Valor de Referência do Contrato, Inciso V, será considerada uma produtividade de 20 m³/hectare

Tabela 9: Volume Anual por Grupo (m³)						
Volume Anual em Tora (m³)						
FLONA	UMF	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Flona do Jatuarana	1	8.143,28	80.052,42	1.316,69	-	<b>89.512,39</b>
Flona do Jatuarana	2	9.146,65	89.916,02	1.478,93	-	<b>100.541,60</b>
Flona do Jatuarana	3	1.840,17	18.089,80	297,54	-	<b>20.227,51</b>
Flona do Jatuarana	4	2.079,40	20.441,51	336,22	-	<b>22.857,13</b>
Elaboração: Consórcio Radar PPP-PRA-Evergreen.						
Fonte: Pág. 26 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL						

Utilizando-se os dados das tabelas acima apresentadas (Tabela 8 e Tabela 9), apuram-se as seguintes informações para as referidas **UMFs III e IV**:

QUADRO: DEMONSTRATIVO RECEITA ESTIMADA COM PRODUTIVIDADE 20m3/ha					
		UMF III		UMF IV	
GRUPO	R\$ / m3	VOLUME	R\$ TOTAL	VOLUME	R\$ TOTAL
1	340,05	1.840,17	625.749,81	2.079,40	707.099,97
2	256,23	18.089,80	4.635.149,45	20.441,51	5.237.728,11
3	202,87	297,54	60.361,94	336,22	68.208,95
4	135,85				
		<b>20.227,51</b>	<b>5.321.261,20</b>	<b>22.857,13</b>	<b>6.013.037,03</b>
VALOR MÉDIO POR M3: R\$ 263,07					

Em uma análise preliminar das informações do quadro acima, é possível perceber que a receita prevista supera o teto de enquadramento para EPP. Contudo, é preciso levar em consideração que os dados apresentados na Tabela 9 foram apurados adotando-se a premissa de produtividade de 20 m3/hectare, em conformidade com a Resolução SFB nº 25/2014. Vide item 4.1.3. Cálculos da Receita de PFM (Produtos Florestais Madeireiros), extraído, do RELATÓRIO (doc. 7), conforme destacamos abaixo:

#### 4.1.3. Cálculos da Receita de PFM (Produtos Florestais Madeireiros)

A receita com a comercialização dos PFM foi estimada com base nos volumes de corte, em cada ano da concessão, e nos preços de venda da madeira, por grupo, como indicados nos dados de inventário da **Erro! Fonte de referência não encontrada..** Para estimativa do volume de corte anual, foi adotada como premissa a produtividade máxima de 20 m<sup>3</sup> por ha/ano, em conformidade com a Resolução SFB nº 25, de 02 de abril de 2014, sendo que as espécies de maior valor comercial (Grupos 1 e 2) seriam priorizadas no volume de extração considerado. Já para as espécies de menor valor comercial (Grupos 3 e 4), considerou-se que os futuros concessionários realizariam o manejo destas espécies no limite das suas capacidades operacionais, complementando o volume extraído até o limite dos 20 m<sup>3</sup> por ha/ano (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Sendo assim, levando em consideração as premissas apresentadas, o volume anual estimado de madeira em tora extraído por UMF é apresentado na Tabela 9 a seguir.

Fonte: Pág. 26 do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL

Esta informação extraída da referida resolução trata-se de índice para efeito de cálculo do Valor de Referência do Contrato, logo, não pode ser este dado usado para cálculo de estimativa de produção real.

Com efeito, sabe-se que o volume médio por hectare realmente produzido é muito abaixo de 20 m<sup>3</sup>/hectares. Isto pode ser comprovado por meio do histórico de produtividade das áreas de concessão em atividade, apresentado no RELATORIO DE GESTAO DE FLORESTAS PUBLICAS 2024 (doc. 8), pelo próprio SFB.

No RELATÓRIO (doc. 8) acima mencionado, especificamente nas páginas 57 e 58 encontra-se a “Tabela 9” de onde se extraem dados de volume de madeira em tora transportados de cada Flona e suas respectivas UMFs, perfazendo total de exploração de 379.626,55m<sup>3</sup> em 2024. Veja a seguir:

Tabela 9 – Volume transportado nas concessões florestais federais em 2024

Nome da Floresta Nacional	UMF	Empresa Concessionária	Número / Ano do Contrato	Volume Transportado (m³)
Jamari / RO	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	02/2008	4.687,53
	IV	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	01/2019	15.347,45
	V	Forest Ark investimentos Ltda.	01/2022	788,47
Volume Total - Florestal Nacional do Jamari				20.823,45
Saracá-Taquera / PA	II	Ebata Produtos Florestais Ltda.	01/2010	23.977,33
	IA	Ebata Produtos Florestais Ltda.	01/2014	17.330,81
	IB	Samise Indústria, Comércio e Exportação Ltda.	02/2014	30.794,00
Volume Total - Florestal Nacional de Sacará – Taquera				72.102,14
Jacundá / RO	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	01/2013	27.408,49
	II	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	02/2013	13.293,18
Volume Total - Florestal Nacional de Jacundá				40.701,67
Altamira / PA	I	RRX Agroflorestal Ltda.	01/2015	0,00
	II	RRX Agroflorestal Ltda.	02/2015	13.527,41
				↓

Fonte: Pág. 57 do RELATORIO DE GESTAO DE FLORESTAS PUBLICAS 2024

				↓
Nome da Floresta Nacional	UMF	Empresa Concessionária	Número / Ano do Contrato	Volume Transportado (m³)
Altamira / PA	III	Patauá Florestal Ltda.	03/2015	46.811,50
	IV	Patauá Florestal Ltda.	04/2015	21.543,51
Volume Total - Florestal Nacional de Altamira				81.882,43
Caxiuanã / PA	I	Benevides Madeiras Ltda.	01/2016	37.192,91
	II	Benevides Madeiras Ltda.	02/2016	77.794,68
	III	Cemal Comércio Ecológico de Madeiras Ltda.	03/2016	24.725,36
Volume Total - Florestal Nacional de Caxiuanã				139.712,95
Crepori/PA	II	Brasad'OC Timber Comércio de Madeiras Ltda.	03/2014	6.744,49
	III	Brasad'OC Timber Comércio de Madeiras Ltda.	04/2014	0,00
Volume Total - Florestal Nacional de Crepori				6.744,49
Amapá/AP	I	RRX Timber Export	01/2021	6.729,01
	II	Viviane Miyamura Loch	02/2021	0,00
	III	RRX Timber Export	03/2021	0,00
	IV	Viviane Miyamura Loch	04/2021	10.930,41
Volume Total - Florestal Nacional do Amapá				17.659,42
Humaitá / AM	I	Ápice Florestal SPE Ltda.	01/2003	0,00
Volume Total - Florestal Nacional de Humaitá				0,00
Total				379.626,55

Fonte: Pág. 58 do RELATORIO DE GESTAO DE FLORESTAS PUBLICAS 2024

Neste mesmo RELATÓRIO (doc. 8), à página 86, encontra-se a “Tabela 28”, de onde se obtém dados da “Área da UPA autorizada (ha) por Estado da Amazônia Legal”, indicando exploração total de 38.051,60 hectares no ano de 2024.

Tabela 28 – Síntese do potencial produtivo das concessões florestais federais na Amazônia Legal em 2024				
Parâmetro	Flona do Amapá			Total
	Rondônia	Pará	Amapá	
Área total das UMFs (ha)	175.640,1	788.740,3	264.500,3	1.228.880,7
Área total de efetivo manejo das UMFs (ha)	152.285,9	669.076,2	108.330,4	929.692,5
Área da UPA autorizada (ha)	4.771,9	29.043,2	4.236,5	38.051,6
Volume autorizado (m³)	129.849,7	521.439,4	93.973,1	745.262,2

Fonte: Pág. 86 do RELATORIO DE GESTAO DE FLORESTAS PUBLICAS 2024

Diante dessas informações, é possível agora apurar o volume médio de m3/hectare de madeira em tora produzida em 2024 nas áreas de concessão florestal, dividindo-se o volume total produzido (379.626,55 m3) pela área total explorada (38.051,6 ha), resultando no **volume médio produzido de 9,976 m3/ha**.

Para concluir, é verdadeira a afirmação - feita no início deste tópico - de que a receita anual prevista da operação na UMF III ou da UMF IV da Flona Jatuarana não superará o teto de enquadramento para EPP, tendo em vista que o objetivo único da empresa consiste na venda de madeira em tora.

De fato, utilizando-se dados até aqui referidos chega-se à Receita total anual estimada para UMF III de R\$ 2.654.238,71 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais, setenta e um centavos), e para UMF IV de R\$ 2.999.295,65 (dois milhões, novecentos e noventa e nove mil e duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos), portanto, muito inferior a R\$ 4.800.000,00/ano, como a seguir demonstrado:

#### **UMF III**

$$\begin{aligned} &1.011,375\text{ha} \quad (\text{Área Efetiva de Produção Florestal anual (em ha/ano)}) \times \\ &9,976\text{m}^3 \quad (\text{volume médio de produção de madeira por hectare em 2024}) \\ &= 10.089,477\text{m}^3 \quad (\text{volume total estimado para produção de madeira anual}) \\ &\times 263,07 \quad (\text{valor médio por m}^3 \text{ de madeira em tora}) \\ &= 2.654.238,71 \text{ Receita Total Anual estimada} \\ &\text{inferior ao teto de enquadramento das EPPs} = \text{R\$4.800.000,00} \end{aligned}$$

#### **UMF IV**

$$\begin{aligned} &1.142,856\text{ha} \quad (\text{Área Efetiva de Produção Florestal anual (em ha/ano)}) \times \\ &9,976\text{m}^3 \quad (\text{volume médio de produção de madeira por hectare em 2024}) \\ &= 11.401,131\text{m}^3 \quad (\text{volume total estimado para produção de madeira anual}) \\ &\times 263,07 \quad (\text{valor médio por m}^3 \text{ de madeira em tora}) \\ &= 2.999.295,65 \text{ Receita Total Anual estimada} \quad \text{inferior ao teto} \\ &\text{de enquadramento das EPPs} = \text{R\$4.800.000,00} \end{aligned}$$

Portanto, resta comprovado que os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 para Empresa de Pequeno Porte-EPP não ocasionarão à recorrente – sob a perspectiva da realidade factual - receita capaz de provocar eventual futura alteração de porte.

## **2.5 DA OCORRÊNCIA DO EMPATE FICTO A ENSEJAR TRATAMENTO ESPECIAL À EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP.**

Os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123/2006 criam uma espécie de empate ficto entre propostas ofertadas pelas empresas de pequeno porte e pelas demais, conferindo-se àquelas, caso haja tal empate, a possibilidade de apresentar uma nova proposta, tendo mais uma chance para obter, assim, a vitória do certame. Tal procedimento só é aplicável quando houver participação de ME ou EPP juntamente com outras espécies de empresas, conforme se verifica no procedimento licitatório em discussão.



Com efeito, assim dispõe a Lei Complementar 123/2006:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...]

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

No que diz respeito à aplicação do empate ficto nos casos de licitações do tipo melhor técnica e preço, o Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para empresas de pequeno porte nas contratações públicas no âmbito da administração pública federal, assim dispõe:

Art. 5º Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (...)

§ 8º Nas licitações do tipo técnica e preço, o empate será aferido levando em consideração o resultado da ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada pelos licitantes, sendo facultada à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, nos termos do regulamento.

Segundo o diploma legal, caso uma ME ou EPP ofereça uma proposta igual ou até dez por cento menor que a melhor proposta apresentada por entidade não enquadrada como ME ou EPP, concede-se à ME ou EPP a possibilidade de ofertar proposta de preço inferior àquela apresentada pela então licitante mais bem classificada. Assim, caso exerça tal faculdade e apresente uma oferta menor, ser-lhe-á adjudicado o objeto da licitação.

Sendo assim, na situação específica deste certame em que busca-se o valor mais alto a ser pago pela extração da madeira, deve ser oportunizado à **ECOFLORE IND COM IMP EXP DE MADEIRAS LTDA**, CNPJ n. 30.417.673/0001-02 (empresa enquadrada como EPP) a possibilidade de ofertar proposta de preço superior em face da proposta apresentada pela empresa **BRASIL TROPICAL PISOS LTDA nas UMFs III e IV**, pois esta não faz jus aos benefícios da LC 123/06.

#### **2.5.1. DA CONFIGURAÇÃO INEQUÍVOCA DO EMPATE FICTO NO CASO CONCRETO E DO PROCEDIMENTO CORRETO A SER ADOTADO**

No caso em análise, restou demonstrado de forma cristalina que:

- a) A recorrente é Empresa de Pequeno Porte devidamente enquadrada nos termos da LC nº 123/2006;
- b) A empresa declarada vencedora é de porte "DEMAIS", não fazendo jus aos benefícios da legislação especial;
- c) A diferença de pontuação foi de apenas 2,1804 pontos na UMF III e de 0,1205 pontos na UMF IV, representando percentual infinitamente inferior aos 10% previstos no § 1º do art. 44 da LC nº 123/2006;
- d) Configurou-se, portanto, a situação de empate ficto prevista na legislação, com todas as suas consequências jurídicas.

Configurado o empate ficto, deveria a CEL ter observado o procedimento estabelecido no art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, qual seja, oportunizar que a empresa de pequeno porte mais bem classificada apresentasse proposta de preço superior àquela considerada vencedora do certame, situação em que seria adjudicado em seu favor o objeto licitado:

*"Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:*

*I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;*

Em verdade, no caso de ocorrer "empate ficto", não se exige qualquer ato prévio para a eficácia do rito. Pode-se reputar, assim, a benesse aqui examinada como de aplicação imediata, por ser desnecessária regulamentação por ente federativo. Não por acaso, o Tribunal de Contas da União já assentou, inclusive, que esse benefício não precisaria estar previsto expressamente no Edital para ser aplicado (Acórdão 2144/2007 — Plenário).

#### 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação formulada ao Tribunal nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, contra atos praticados pela Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – FUGD na tomada de preços nº 003/2007, que tem por objeto a “contratação de empresa de engenharia para construção do edifício para o almoxarifado na unidade II da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados/MS – Km 12 da Rodovia Dourados/Itahum”;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. revogar a medida cautelar concedida em 02.08.2007 que suspendeu a execução de todos os atos tendentes a dar início ou continuidade à execução do objeto licitado por meio da tomada de preços nº 003/2007 – Processo nº 230005.000773/2007-26 – UFGD);



9.2. determinar à Fundação Universidade Federal da Grande Dourados que, em continuidade ao processo referido no subitem anterior, verifique:

**9.2.1. se a firma Excede Construções e Planejamento Ltda., que apresentou o melhor preço, pode ser considerada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006, devendo, em caso afirmativo, declarar-lhe vencedora do certame;** (grifei)

**9.2.2. em caso negativo, se a firma Telear – Telecomunicações, Eletricidade e Construções Ltda. cumpre o requisito mencionado no item anterior;** (grifei)

**9.2.3. na hipótese referida no subitem 9.2.2 supra, se a firma Telear está disposta a apresentar proposta de preço inferior à consignada pela Excede, situação em que deverá ser declarada vencedora da licitação;** (grifei)

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados dê ciência ao Tribunal acerca das providências adotadas;

9.4. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o

fundamentam, à Reitoria e à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, ao presidente da Comissão Permanente de Licitação e às firmas Telear Eletricidade e Construções Ltda. e Excede Construções e Planejamento Ltda..

10. Ata nº 42/2007 – Plenário

É certo afirmar categoricamente que a empresa ECOFLOR IND COM IMP EXP DE MADEIRAS LTDA, tendo ficado com um total (técnica e preço) de 997,8196 pontos na UMF III e de 999,8795 pontos na UMF IV, está, dessa maneira, dentro do limite de 10% previsto na LC 123/06, comparativamente à declarada vencedora **BRASIL TROPICAL PISOS LTDA.**

Como também é imperioso afirmar que, nesta circunstância, deve ser oportunizada a empresa ECOFLOR IND COM IMP EXP DE MADEIRAS LTDA que apresente proposta de preço superior àquela considerada vencedora do certame.

## **2.6. DA APLICAÇÃO DO EMPATE FICTO ÀS LICITAÇÕES DE CONCESSÃO FLORESTAL**

Conquanto todo direito e fundamentação já expostos no presente recurso, necessário reafirmar que o entendimento da aplicação do empate ficto para as concessões Florestais, como no caso concreto, é corroborado por precedente da Advocacia Geral da União-AGU, por força do Parecer n. 00673/2020/CONJURMAPA/CGU/AGU, anexo (doc. 9).

A obrigatoriedade da observância à norma Constitucional e à Lei Complementar 123/2006, em especial ao empate ficto, é orientação explícita do

referido Parecer, que foi seguido e observado pelo SFB em licitação de concessão florestal anterior.

Na clareza da manifestação da AGU destaca-se a importância do tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, como consequência, inafastável, a aplicação do “Empate Ficto”. Vejamos:

*No caso em exame, a vontade do legislador ao garantir o direito ao empate ficto, foi de garantir a micro e pequena empresa tratamento favorecido quando delineada a situação descrita na norma, "de empate". Assim o que se pleiteia com o comando legal, é a observância do normativo, sem, contudo, obstar que se viabilize para Administração a obtenção do melhor preço possível (o mais vantajoso). No caso da presente Licitação, o preço mais vantajoso relaciona-se ao Tipo de Licitação "Maior Preço".*

*Sob a ótica do proveito econômico para a Administração, leia-se, o Serviço Florestal Brasileiro, o menor preço em Concessão Pública deve ser vista como a Proposta de maior preço, uma vez que é através dela que se garantirá a proposta mais vantajosa para Administração. Tal assertiva, além de não desnaturar a Norma Constitucional, assegura que os Princípios da Economicidade, do Interesse Público e da Melhor Proposta estejam contemplados, cogitando-se, portanto, de atecnica da Lei Complementar nº 123/2006 ao não prever o Empate Ficto para Licitações do Tipo "Maior Preço", em que se seguiu o Decreto Regulamentador. Afinal, o espírito dos Princípios que regem a Administração Pública, e o de suas normas também, deve ser entendido como aquele que, em todas as situações, busca o melhor modo de satisfazer as Necessidades Públicas, as quais se encerram, em última análise, sempre, no imperativo de que seja atendido o Interesse Público.*

*É patente que para a Administração, no que tange às Concessões Florestais, serão elas tanto mais vantajosas quanto maiores forem os lances ofertados pelos Concorrentes. É certo que o Concorrente que interpôs Recurso, Florest Investimentos Sustentáveis ME, está abarcado pelo Regulamento diferenciado das Micro-Empresas e Empresas de Pequeno Porte, e, como consequência, inafastável a aplicação do “Empate Ficto” ao caso porquanto existe, de outro lado, uma especificidade legal, relativa às Concessões Públicas.*

Como se denota, portanto, é o impacto ficto uma exigência legal, sendo sua observância necessária cumpridos os requisitos de lei, como na licitação em tela. Desta maneira, compete à CEL/SFB também aplicar o critério do empate ficto aqui apresentado no julgamento do certame em comento.

## **2.7. PRINCÍPIO DA VANTAJOSIDADE**

O princípio da vantajosidade, positivado de modo explícito no art. 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, orienta que a Administração Pública deve sempre buscar a proposta mais vantajosa, considerando não apenas o menor preço, mas também a melhor relação entre custo, qualidade e eficiência.

Como princípio jurídico normativo, a vantajosidade econômica abordada na nova lei de licitações (Lei nº 14.133/21) supera a visão reducionista que a tratava apenas como consequência natural do menor preço.

No caso aqui discutido, o acolhimento do recurso demonstra-se plenamente alinhado a esse princípio, pois representa solução mais benéfica ao interesse público, especialmente na vertente social, ao demonstrar estímulo à empresa de pequeno porte. Sem esquecer que seu deferimento garantirá maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos, assegurando a obtenção de resultados mais vantajosos para a Administração.

## **2.8. DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA**

A recorrente, baseando-se na legislação vigente, participou do certame com a legítima expectativa de que, configurado o empate ficto, seria aplicado o procedimento legal pertinente.

O princípio da proteção da confiança legítima, corolário do princípio da segurança jurídica, impede que a administração pública frustre expectativas legítimas criadas por seu próprio comportamento. No caso, a mera existência do edital e a aceitação da participação de EPP no certame geram a expectativa legítima de que a legislação específica será observada, como também as regras constitucionais.

### **2.8.1 DO PODER-DEVER DE AUTOTUTELA**

A administração pública possui o poder-dever de rever seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, conforme consagrado nas Súmulas 346 e 473 do STF. No caso, a ilegalidade é manifesta e deve ser corrigida mediante a aplicação do procedimento correto.

## **3. DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, e com fundamento na legislação constitucional e infraconstitucional aplicável, requer-se a esta respeitável Comissão Especial de Licitação seja conhecido o presente recurso, por tempestivo, adequadamente instruído e devidamente fundamentado em fatos e direito, declarando sua PROCEDÊNCIA TOTAL para:

- 1) Reconhecer a plena aplicabilidade da Lei Complementar nº 123/2006 ao procedimento licitatório em questão, e, com base nos argumentos explanados

nos itens 2.3 e 2.4 deste recurso, seja desconsiderada a regra do item 21.8 do Edital da licitação em comento;

- 2) Reconhecer a ocorrência de empate ficto no julgamento da proposta feita para as UMFs III e a IV entre aquela apresentada pela recorrente ECOFLOR IND COM IMP EXP DE MADEIRAS LTDA (997,8196 pontos na UMF III e 999,8795 pontos na UMF IV) e a apresentada pela empresa BRASIL TROPICAL PISOS LTDA (1.000 pontos), considerando que a diferença está muito aquém dos 10% previstos no § 1º do art. 44 da LC nº 123/2006;
- 3) Declarar nula a decisão que proclamou vencedora a empresa BRASIL TROPICAL PISOS LTDA para as UMFs III e IV, por inobservância do procedimento legal aplicável;
- 4) Determinar a reabertura da fase de julgamento para aplicação do procedimento de desempate previsto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, oportunizando à recorrente, na qualidade de Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada em situação de empate ficto nas UMFs III e IV, a apresentação de nova proposta nos termos legais;

**SUBSIDIARIAMENTE**, caso não sejam acolhidas as razões expendidas, requer que seja o presente recurso encaminhado à autoridade hierarquicamente superior competente para apreciação e julgamento;

**EM QUALQUER HIPÓTESE**, requer que sejam extraídas cópias integrais do presente recurso e de todos os documentos que o instruem para juntada aos autos do procedimento licitatório; e que seja dada ciência formal à recorrente de todas as decisões que vierem a ser proferidas no presente recurso.

Protesta-se pela produção de todas as provas em direito admitidas, requerendo-se, desde já, a juntada de eventuais documentos complementares que se façam necessários ao deslinde da questão.

Requer-se, outrossim, que seja intimada as demais licitantes em especial a empresa BRASIL TROPICAL PISOS LTDA para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

Termos em que, pede deferimento.

Porto Velho/RO, 10 de julho de 2025.

**DIEGO WILDER TEIXEIRA**

CPF nº \*\*\*.760.642-\*\* - Sócio Proprietário

ECOFLORE IND COM IMP EXP DE MADEIRAS LTDA

**ANEXOS:**

doc. 1: Ata de Resultado de Julgamento da Licitação

doc. 2: Ata de Julgamento das Fases de Propostas Técnicas e de Preços doc. 3: Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ECOFLOR IND COM IMP EXP DE MADEIRAS LTDA

doc. 4: Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral BRASIL TROPICAL PISOS LTDA

doc. 5: Declaração da recorrente que não possui Contrato com a Administração Pública

doc. 6: PROCEDIMENTOS PARA CÁLCULO DO VALOR DO CONTRATO doc. 7: RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL da FLORESTA NACIONAL DO JATUARANA, elaborado em

março/2025 pelo BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social doc.

8: RELATORIO DE GESTAO DE FLORESTAS PUBLICAS 2024, disponibilizado pelo SFB no site oficial

doc. 9: Parecer n. 00673/2020/CONJUR-MAPA/CGU/AGU